PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ATA DA CONTINUAÇÃO DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH
5ª GESTÃO

Data da Reunião: **16 de dezembro de 2014**
Local: Rua São Bento nº 405 – 11º andar – Centro – SP

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano 2014, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 10º andar, Rua São Bento, 405, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a Continuação da 3ª Reunião Ordinária da Comissão do Conselho Municipal de Habitação – 5ª Gestão 2014/2016, conforme lista de presença, os **Conselheiros (as) do Poder Público**: José Floriano de Azevedo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Marco Antônio Biasi (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Denise Lopes de Souza (Conselheira Poder Público/SEHAB); Márcia Maria Fartos Terlizzi (Conselheira Poder Público/SEHAB); Marlene Fernandes da Silva Miamoto (Conselheira Poder Público/SEL); João Abukater Neto (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Jair José Rodrigues (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Mariana Mazzini Marcondes (Conselheira Poder Público/SEMPLA); Patrícia Rodrigues da Silva (Conselheira Poder Público/SEMPLA); Rosa Maria Miraldo (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Cristiane Genofre Zabatiero (Conselheira Poder Público/SEMDET); Taís Jamra Tsukumo (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Reinaldo Iapequino (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Eduardo Trani (Conselheiro Poder Público/CDHU); Lucia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF) e Antônio Marsura (Conselheiro Poder Público/CEF). **Conselheiros (as) dos Movimentos Populares**: José de Abraão (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); José de Jesus F. da Silva (Cons. Mov. Populares/Assoc. dos Trab. Sem Terra Zona Oeste); Sidnei A. Euzébio Pita (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Valdeci Gomes (Conselheiro Mov. Populares/ULC); Benedito R. Barbosa (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Maria B. Rocha Rastelle (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mov. de Moradia R. Sudeste); Felícia M. Dias (Cons. Mov. Populares/Assoc. Morar e Preservar da Chác. do Conde F. I); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Carmen da Silva Ferreira (Conselheira Mov. Populares/MSTC); Maria Aparecida Ferreira (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Eliete Calisto da Cruz (Conselheira Mov. Populares/Assoc. Amigos do Jd. Ipanema); Edinalva Silva Franco Pereira (Cons. Mov. Populares/AMMPT); Manuel Moruzzi (Conselheiro Mov. Populares/AMMPT); Guiomar Carlos dos Santos (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); João Alexandre da Silva (Conselheiro Mov. Populares/AULFASP); Valmir Vaz Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Mor. Conj. Res. Paraíso); Edson Morais dos Santos (Cons. Mov. Populares/Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Mov. Populares/MDM); Luiz Garcia Maldonado (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Fabiana Almeida Oliveira Campos (Conselheiro Mov. Populares/CONSEHAB); Maria Aparecida Pontes (Cons. Mov. Populares/Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte) e Arlindo Rodrigues da Silva (Cons. Mov. Pop./Assoc. Unif. de Ações Pop. da Z. Norte). **Conselheiros (as) da Sociedade Civil**: Julia Azevedo Moretti (Conselheira Soc. Civil/PUC SP); Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Élcio Sigolo (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Rafael Borges Pereira (Cons. Soc. Civil/PEABIRU); Flávio Carvalheiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Luciana Bedeschi (Conselheira Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Maria dos Anjos B. dos Santos (Cons. Soc. Civil/Centro Gaspar Garcia de Dir. Humanos); Ariovaldo Lopes de Souza (Cons. Soc. Civil/CREA-SP) e Marcelo Manhães de Almeida (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Convidados (as)**: Adriano Nonato Rosetti (SEHAB); Ana Maria Maluf Moussalli (SECMH/SEHAB); Celso Santos Carvalho (SGM-PMSP); Edmundo Fontes (COHAB) e Patrícia Manjamelli Gelmetti (Imprensa). (Estiveram presentes outras cinqüenta e nove pessoas). **Ausentes os Conselheiros (as):** João Leopoldo Wernek de Camargo (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Maria Tereza Soares Silveira (Conselheira Poder Público/SEHAB); Maria Rosa Lazinho (Conselheira Poder Público/SEL); José Jacques Namur Yazbek (Conselheira Poder Público/COHAB); Helena Strada Nosek (Conselheira Poder Público/SP Urbanismo); Rodrigo Juncal Rossler (Conselheiro Poder Público/SIURB); Davilson Miserlian Lopes (Conselheiro Poder Público/SF); Alberto Kleinas (Conselheiro Poder Público/SEMDET); Nuria Pardilhos Vieira (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Marcos Rodrigues Penido (Conselheiro Poder Público/Sec. de Habitação de SP); Rosana do Carmo Cruz (Cons. Mov. Pop./Assoc. Morar e Preservar Chác. do Conde F1); Leandra Gujev de Carvalho (Conselheira Mov. Populares/SAM/MNLM-BR); José Alves Dias (Cons. Mov. Populares/AULFASP); Edson Urias Tomaz (Cons. Mov. Populares/Assoc. Moradores do Conj. Res. Paraíso); Maria Elena Ferreira da Silva (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Trab. Sem Teto Z. Noroeste); Maksuel José Costa (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Ércio José Rodrigues (Conselheiro Mov. Populares/MSTI); Dalva Maria de Oliveira (Conselheira Mov. Pop./MDM); Francisco C. Barros (Conselheiro Mov. Populares/Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Alberto G. de Oliveira Vieira (Cons. Mov. Pop. /Assoc. Moradores Favela Jd. Nazaré I); Luiza Naomi Iwakami (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes de SP); Rafael Conde Macedo (Conselheiro Soc. Civil/PUC - SP); Celso Aparecido Sampaio (Conselheiro Soc. Civil/IAB-SP); Flávio Tadeu Adriano Niel (Conselheiro Soc. Civil/APEMEC); Cristiano Goldstein (Conselheiro Soc. Civil/SINDUSCON-SP); Hamilton de França Leite Júnior (Conselheiro Soc. Civil/SECOVI-SP); Flávio Higuchi Hirao (Cons. Soc. Civil/USINA); Talita Alana Barbosa (Cons. Soc.

Civil/USINA); Renato Roberto Ribeiro (Conselheiro Soc. Civil/SINCOHAB); Margareth Matiko Uemura (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Natasha Mincoff Menegon (Conselheira Soc. Civil/Instituto Pólis); Antônio Carlos Dolácio (Conselheiro Soc. Civil/CREA-SP) e Nelson de Oliveira Candelária (Conselheiro Soc. Civil/OAB). **Ausências justificadas:** Fernando José Dias Corrêa (Conselheiro Poder Público/SF); Ricardo Rezende Garcia (Conselheiro Poder Público/SIURB); José Milton Dallari Soares (Conselheiro Poder Público/CDHU); Débora Sanches (Conselheira Soc. Civil/Centro Universitário Belas Artes SP); Caio Santo Amore de Carvalho (Cons. Sociedade Civil/IAB-SP); Alexandre Marques Tirelli (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Erildo Xavier Feigel (Cons. Sociedade Civil/SCIESP); Abelardo Campoy Diaz (Cons. Sociedade Civil/SECOVI-SP) e Maria Isabel Nobre de Sousa Cabral (Cons. Soc. Civil/PEABIRU). **Pauta da reunião:** 1) Solicitação de Voto CMH nº13/2014- Propõe autorizar a aferição de custo e adoção de condições de financiamento específicas para os mutirões Vista Linda e Pedra Bonita, produzidos em regime de mútuo (Conselheiro Caio Santo Amore); 2) Votação da Solicitação de Voto CMH Nº09/2014 (3ª versão) - Minuta de Resolução do CMH que altera em parte a Resolução CMH 31/2007e a Instrução Normativa nº02/2009, aprova alteração de prazos e reajuste de valores do subsídio do Programa Parceria Social, regulamenta os valores do Auxílio Aluguel estabelecidos pela Portaria SEHAB nº114/2014, e recomenda a alteração de prazos e o atendimento de vítimas de conflitos fundiários, despejos forçados e violência doméstica na mesma Portaria SEHAB nº114/2014 (Conselheiros responsáveis: Benedito Roberto Barbosa e Júlia Azevedo Moretti); 3) Outros Assuntos: Calendário das Reuniões do CMH e da Comissão Executiva para 2015. A Sr. Floriano dá início aos trabalhos. **Sr. José Floriano -** Boa tarde a todos. **Sra. Ana Maria** – Boa tarde a todos. O primeiro item da pauta é a Solicitação de Voto nº 13/2014. Esse voto está sendo proposto pelo conselheiro Caio Santo Amore, que hoje não pode estar presente. Deixou a tarefa ao conselheiro Benedito, que fará a apresentação. **Sr. Benedito** - Boa tarde a todos e a todas. Estamos trazendo para o Conselho avaliar a solicitação de voto, solicitada inclusive pela própria Associação do Mutirão do Vista Linda. Em função da dificuldade dos valores de pagamento, se recusaram a aceitar aquela proposta de financiamento e trouxeram, primeiramente, ao GT e, depois, ao Conselho Municipal de Habitação, uma proposta de equiparação de valores. Queremos manifestar total apoio do GT à proposta. E queria pedir ao Antônio Maria que apresente o conteúdo porque foi ele quem elaborou e trouxe a proposta ao GT, que foi acatada por todos nós. **Sr. Antônio Maria** – Boa tarde. Esses são cinco mutirões, na realidade, que se diferenciam dos mutirões tradicionais, porque todos têm a propriedade da área, ou seja, o município não precisou financiar o terreno. Esses mutirões, com razão, pleitearam uma proposta alternativa para que não fossem prejudicados pela aplicação da Resolução nº 55, individualmente. Ou seja, o subsídio para esses dois mutirões nos termos da Resolução nº 55 resultava num subsídio menor, em relação aos demais, justamente para eles que conseguiram, de certa forma, utilizar as obras lá e o custo final da unidade ficou inferior. Esse assunto foi levado ao Grupo de Trabalho, como o conselheiro Benedito disse, e os aspectos técnicos e legais foram amplamente discutidos. E resultou nessa proposta, que é de consenso, com o aceite de ambos mutirões, tanto o Pedra Bonita, quanto o Vista Linda, tecnicamente e legalmente defensável e correto na opinião do grupo. O que se propõe nessa nova resolução? Que, no caso desses cinco mutirões, em condições especiais, cuja expectativa era de serem comercializados pela média ponderada, seja desde que o resultado da aplicação da média ponderada seja mais favorável em relação à aplicação da Resolução nº 55, individualmente. Então, há um reconhecimento dos fundamentos e houve concordância do grupo. Isso se traduziu em uma proposta de voto, para a futura resolução, também levado à administração da COHAB São Paulo, para os seus representantes, na qualidade de agente operador do fundo. Vou dizer agora o valor final, com aplicação individual da resolução nº 55, para cada um deles. O Vista Linda, que custou R$ 43.600, teria agora, com subsídio, R$ 23.800. O Pedra Bonita, que custou R$ 39.600, teria que pagar, com o subsídio da 55, R$ 21.800. O São Marcos, que custou R$ 54.500, pagaria R$ 18.000. O Movimento Unido, que custou R$ 53.800, pagaria R$ 18.000 também. E o Residencial Paraíso, que custou R$ 51.000, pagaria R$ 16.200. Aplicando essa nossa proposta, que é a média ponderada da Resolução nº 55, para não prejudicar aqueles que foram beneficiados de forma mais eficaz por ela, aplicando a média ponderada para o Pedra Bonita e para o Movimento Unido, eles teriam o custo da unidade final, ponderado, de R$ 48.000. E com o subsídio, agora, com a nossa proposta, cairia para R$ 19.982. Esse é o resultado. Parece que não, mas é uma diferença de quase R$ 4.000, que para essa população é muito importante. Em termos financeiros, foram feitos estudos também, e as perdas são minimizadas por esse critério pelo fato de que foi aprovada a Resolução nº 60, para os idosos. E cerca de 30% desses empreendimentos, inclusive, Vista Linda e Pedra Bonita, são de idosos. Então, essas pessoas, 30%, são contempladas pela Resolução nº 60, onde o financiamento são vinte salários mínimos. Ou seja, essa diferença que estamos propondo agora ainda minimiza o resultado de perda ou de ajuste, porque vai ser aplicado no máximo para 70% das pessoas do Vista Linda e do Pedra Bonita. **Sr. Élcio** - Só uma dúvida. Esse assunto, já era para ter sido resolvido. Eu lembro que, na última reunião, havia a questão de se isso poderia abrir um precedente. Então, só queria um esclarecimento. **Sra. Ana Maria** – O diferencial desses empreendimentos vai ser eles terem adquirido o terreno com recursos próprios. Isso vai ser um dos "considerandos" da resolução, dizendo que só está podendo ser para esses quatro empreendimentos, específico para isso, porque o terreno era de propriedade deles. Então, eles deram algo a mais. **Sr. Valmir** – É apenas para abaixar o valor do financiamento. O financiamento do Vista Linda, que seria R$ 23.000, com essa resolução, cai para R$ 19.000. **Sra. Ana Maria** - Podemos ir à votação? Alguém não concorda? Levante a mão, por favor. (Não há manifestação contrária) Aprovada a Solicitação de Voto nº 13/2014, por unanimidade. Item 2 da pauta. Agora, faremos a apresentação da terceira versão da Solicitação de Voto nº 09/2014. O Benedito falará agora sobre as alterações que ele tem na terceira versão. E o Governo, depois, apresenta o substitutivo. **Sr. Benedito** - Não vemos nenhum problema que o Governo apresente aqui o substitutivo e que votemos coletivamente o substitutivo, desde que haja esse compromisso firme de construir esse GT e de fato uma solução definitiva para a situação das famílias que estão no Parceria. Nesse sentido, retiramos nossa proposta, a favor da apresentação do substitutivo do Governo, para que possamos ver o conteúdo que está sendo apresentado e para que possamos votar esse compromisso de construir um substitutivo, na linha do entendimento. **Sr. José Floriano** – Depois que o Dito apresentou o voto dele, tanto a Secretaria de Habitação, como a Secretaria de Governo, fizeram várias reuniões para chegar a um consenso viável,

possível, real, do direcionamento, do que seria definido aqui, que coubesse dentro das condições, para que a Prefeitura pudesse honrar com os compromissos. Então, dentro desse consenso, modelamos a proposta do Dito e fizemos algumas alterações. Vou pedir à Márcia Terlizzi que apresente a todos os conselheiros e a todos os presentes. **Sra. Márcia** - Na verdade, o substitutivo não traz, praticamente, nenhuma grande substancial mudança da proposta apresentada pelos conselheiros Dito, Júlia e Maksuel. Tivemos algumas mudanças de redação, por conta da submissão a uma análise jurídica dos termos, das portarias, quando se remetia a alguma legislação. Então, a partir daí houve alguma mudança de texto. Vou fazer uma leitura. (É feita a leitura do substitutivo apresentado pelo Governo) **Sra. Mariana** - Só para fazer uma proposta de contribuição super pontual. Na verdade, sai dos próprios "considerandos" e já surgiu em algumas leituras da proposta aqui. É só para inserir no art. III, parágrafo 1º, a questão das mulheres em situação de violência também, para retomar o espírito do Parceria. Temos um planejamento para discutir, uma proposta de fôlego e, por isso, essas questões podem ser discutidas no grupo e acho que podemos sair daqui até com uma proposta de agenda, para esse grupo se reunir. Da parte do Governo, temos plena disponibilidade e interesse que esse grupo comece a todo vapor para discutir essa proposta. **Sra. Júlia** - Concordo com a Mariana, com a inserção de imediato das mulheres vítimas de violência. E uma questão, não para polemizar aqui, mas, certamente, para levar ao GT, é de compatibilizar os critérios de vulnerabilidade com aqueles que discutimos longamente neste Conselho, para a aprovação dos critérios de vulnerabilidade do Minha Casa Minha Vida. Isso não traz prejuízo hoje à aprovação dessa resolução, mas que tentemos, depois, compatibilizar esses critérios. Vínhamos reivindicando, inclusive, o funcionamento adequado desse GT. Havia um esforço muito grande, dificuldade de obter informações. Então, de fato, o item VI vincula os participantes, sinaliza essa proposta da Prefeitura de, de fato, dar subsídios. Chegamos, pelo menos, a um valor de R$ 400,00, garantindo a inclusão de famílias. E aí, Secretário, estou com um grupo hoje do Cangaíba, que estão bem ali. São famílias que moram dentro de um viaduto, há mais de trinta anos. Temos famílias que talvez precisem de um atendimento provisório. Então, a inclusão de novas famílias não pode ser fechada porque temos situações de altíssima vulnerabilidade, situações gravíssimas, como essa do Cangaíba, e que precisam de uma resposta. Estamos só aguardando uma reunião com o Secretário porque o cadastro inclusive que foi feito pela Prefeitura está totalmente pronto. Faço o caso deles como um exemplo da condição precária que moram os moradores e que esses atendimentos provisórios repensados e melhorados precisam contemplar essas famílias. Então, peço uma reunião mesmo para resolver a situação delas. **Sr. Sidnei** - Boa tarde. Antes de eu tocar num ponto do voto de solicitação, quero fazer aqui minhas as palavras da Júlia porque a ULCM acompanha também essa comunidade. Secretário Floriano, temos grupos totalmente organizados, que conseguem se organizar e ir à porta da Prefeitura, da COHAB, e temos alguns grupos de vulnerabilidade muito grande e temos que olhar a cidade como um todo, quando há essa deficiência. Então, reforço aqui, pedindo extrema urgência, para a comunidade do Cangaíba. **Sr. José Floriano** – Estamos super preocupados com essa situação, não é de agora. Tanto é que pedimos para cadastrar todas as famílias. Já estão todas cadastradas. Vou marcar a reunião, urgentemente, dentro dos primeiros dez dias de janeiro, receber os senhores, já com uma solução de um atendimento habitacional. Nivaldo, por favor, agende com a Graça, que é minha secretária, para poder cumprir com esse compromisso. Tudo bem? **Sr. Sidnei** - Durante esse período de cento e vinte dias, por exemplo, vejo coisas que não entraram, que é a questão das remoções, as reintegrações de posse. Temos que trabalhar com esse conceito de como vamos conduzir esse processo dentro dessa política. A secretaria fez ajustes que foram muito importantes para o Movimento porque faz mais de dez anos que não se faz ajuste para o Parceria Social. E vamos ter que trabalhar o diagnóstico e, baseados no diagnóstico, vamos, talvez, trabalhar esses grupos de maior vulnerabilidade, que se encontram no Parceria. Acho que está de parabéns. E acho que temos que pensar, Secretário, em fazer esse trabalho, começando em janeiro, para não se estender muito no ano que vem. Era isso. **Sra. Carmen** - Não poderia deixar de parabenizar os conselheiros pela proposta e pela resolução, em especial, o Dito, a Júlia e o Celso. As famílias do Cangaíba representam aqui o mínimo da vulnerabilidade que esta cidade vive. Não podemos sair deste Conselho sem pedir e apelar a essa Secretaria, ao Governo, a todos os representantes que aqui estão: vamos trabalhar com consciência. Se aqui se apresenta uma demanda, é porque realmente há vulnerabilidade. **Sra. Júlia** - Como Coordenadora do GT Demanda, queria propor que já ficássemos aqui com uma data para primeira reunião desse grupo e que as reuniões sejam quinzenais, considerando que vamos ter só cento e vinte dias e uma grande missão. Podemos deixar com indicativo dia 15 de janeiro, quinta-feira, às 14h? E tentarmos manter as quintas-feiras, para discutirmos no GT? (Não há manifestação contrária) **Sr. Manhães** - Boa tarde. Faço uma sugestão, exatamente, com relação a esses dois incisos, o III e o IV, quando limita o contrato de locação por trinta meses. É interessante porque trinta meses ficou um número quase cabalístico, porque a Lei de Locação fala de trinta meses, para que o locador possa ter direito à denúncia vazia, não que não possa ser nem menos e nem mais. Mas, como é um número conhecido no mercado de locação, a sugestão é a seguinte: faz-se por trinta meses e, como se fosse uma rotina de trabalho, seis meses antes, já se inicie a análise sobre a situação de vulnerabilidade, de modo que, quando chegar ao final desses seis meses, já possa se fazer a renovação por outro período, se necessário. **Sr. José Floriano** – Manhães, o senhor pode levar essa sugestão ao GT. **Sr. Benedito** - Vamos trabalhar intensamente no ano que vem vindo, para apresentar uma proposta e uma solução mais adequada ainda para tantas famílias em vulnerabilidade. E o Conselho está tentando aqui trabalhar para isso. Como há muita demanda específica, discussões específicas no Conselho, precisamos discutir a questão da Conferência Municipal de Habitação, porque fizemos a Conferência Municipal de Habitação em 2003, e faz dez anos que não há nenhuma Conferência Municipal de Habitação. Nesse sentido, para adequar às demandas, seria fundamental que no ano de 2015 pudéssemos trabalhar essa questão. **Sra. Tais** - Quero aqui só reforçar a importância do Grupo de Trabalho para desenvolver e aprimorar essa política de atendimento habitacional. E lembrando também que o Plano Diretor estabelece aí a revisão do Plano Municipal de Habitação e a regulamentação do serviço de moradia social, com o prazo de um ano, após a aprovação do Plano Diretor. Essa discussão que estamos tendo no Conselho é importante também na revisão do Plano Municipal, inclusive, há um GT constituído no âmbito do Conselho, por conta dessa revisão. **Sra. Nilda** - Na verdade, acho que precisamos também equilibrar os valores porque o que temos para construção habitacional é muito pouco, comparando ao Parceria. O nosso

objetivo maior, e acho que dos movimentos de moradia também, é construir unidades habitacionais. Então, o dinheiro do Fundo Municipal de Habitação não pode, a maior parte, ir para o Parceria. Então, o nosso entendimento aqui é que o Governo precisa priorizar a construção de unidades habitacionais. Essa é nossa prioridade. Acho que agora chegamos a um consenso. Também estou de acordo, Dito, em construir uma Conferência. **Sr. José Floriano** – Vamos colocar em votação. Quem não concorda com o voto, considerando que vamos incluir, no parágrafo 1º, as mulheres que sofrem violência doméstica? (Não há manifestação contrária) **Sra. Ana Maria** – Quem concorda com o voto, permaneça como está. **Sr. José Floriano** – Aprovado por unanimidade. **Sra. Ana Maria** – Passamos ao próximo item. Distribuímos o calendário das reuniões do CMH e da Comissão Executiva para 2015. Nesse calendário, começamos as reuniões em janeiro. Não teremos reuniões em fevereiro. Tradicionalmente, em janeiro e fevereiro, havia reuniões do CMH. Por causa das férias, não vamos conseguir quórum. Mas, como há matérias importantes a serem colocadas na primeira reunião, estamos colocando a primeira reunião no dia 22 de janeiro, do Conselhão. As próximas reuniões do Conselhão: 23 de abril, 25 de junho, 27 de agosto, 29 de outubro e 17 de dezembro. Da Comissão Executiva: 24 de março, 19 de maio, 21 de julho, 22 de setembro e no dia 24 de novembro. Sempre procurando fazer as reuniões do Conselhão às quintas-feiras, como era uma tradição, e da Comissão Executiva às terças-feiras. Sempre às 14h. **Sr. Benedito** - Temos acordo com o calendário. Na primeira reunião do Conselho vamos conversar com os companheiros e vamos apresentar uma proposta para a construção da Conferência. **Sra. Ana Maria** – Certo. Fica sendo a primeira matéria. Em votação. Quem concorda com o calendário permaneça como está. (Não há manifestação contrária) Aprovado por unanimidade. **Sr. José Floriano** – Só para encerrar, queria agradecer a participação de todos os senhores. O esforço foi muito grande para estarmos aqui, reunidos. Tivemos as eleições feitas este ano, que foi um passo importante. Estamos conseguindo desenvolver a política habitacional, com os senhores, em parceria com os senhores todos, em todos os segmentos da sociedade. E isso é o mais importante. Vamos continuar assim, em 2015; vamos continuar juntos. Quero fazer um agradecimento especial ao Celso Carvalho. Quero agradecer a sua colaboração. O senhor foi muito atuante, nesses últimos meses, principalmente. Obrigado pela sua participação. Agradeço ao Biasi, ao João Abukater, que também participam muito fortemente conosco. E quero desejar a todos um Feliz Natal e um excelente 2015! Obrigado. (Encerra-se a reunião)

**